

Políticas Públicas NA Educação BRASILEIRA

Diversidade

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
DIVERSIDADE**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira: diversidade / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 227 p. : 2.528 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-93243-76-9 DOI 10.22533/at.ed.769182003 1. Educação e Estado – Brasil – Multiculturalismo. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A AFIRMAÇÃO DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA E A LEI 10.639/03

Érica Monale da Silva Gomes, Paula Paulino da Silva, Suzana dos Santos Cirilo e Ivonildes da Silva Fonseca..... 5

CAPÍTULO II

A ANTROPOLOGIA COMO PONTO DE REFLEXÃO SOBRE A DIVERSIDADE NOS CURSOS DE DIREITO

Rafael Gomes da Silva Carneiro e Brenno Fidalgo de Paiva Gomes16

CAPÍTULO III

A ESCOLA DO CAMPO E OS SURDOS CAMPONESES: IMPASSES E POSSIBILIDADES FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Tamires de Campos Leite e Nágib José Mendes dos Santos.....25

CAPÍTULO IV

A LITERATURA AFRICANA NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONSTRUINDO PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM SALA DE AULA

Edmar Ferreira Santos35

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: ASPRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Hercules Guimarães Honorato.....48

CAPÍTULO VI

A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCOLA DO CAMPO: CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Maysa Conceição de Farias Albuquerque, Emanuelle de Oliveira Belisario e Maria Joselma do Nascimento Franco 60

CAPÍTULO VII

ARTE E CONSCIÊNCIA NEGRA: PRODUÇÃO DE SABERES NA INTERFACE ESCOLA E TERREIRO DE UMBANDA

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes, Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa e Rafael Gomez da Silva Carneiro 73

CAPÍTULO VIII

BOA ALUNA, MAU ALUNO

Hellen Cristina de Oliveira Alves81

CAPÍTULO IX

CONCEPÇÕES DA PROPOSTA CURRICULAR E A PRÁTICA DE SALA DE AULA SOBRE A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA – PE

Joel Severino da Silva e Luciana Menezes de Lima Mendes87

CAPÍTULO X

DOMINAÇÃO MASCULINA E ESCOLA PÚBLICA

Alan Isaac Mendes Caballero98

CAPÍTULO XI

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA REFLEXÃO DA PRÀXIS PEDAGÓGICA QUE LEVAM AS ATITUDES DISCRIMINATÒRIA

Suely Marilena da Silva e Fernanda Carvalho Guimarães 110

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENFOQUE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM MURITIBA/BA

Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro, Grasiela Lima de Oliveira, Maria Juliana Chaves de Sousa e Alessandra Alexandre Freixo 128

CAPÍTULO XIII

EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A INCLUSÃO DOS POVOS CIGANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO BRASILEIRO.

Maria Raquel Alves da Rocha 140

CAPÍTULO XIV

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: UMA FRONTEIRA QUE NECESSITA SER DESFEITA

Anna Carla Ferreira de Araújo e Anna Cristina Ferreira de Araújo 152

CAPÍTULO XV

JOGOS COOPERATIVOS E O PROBLEMA DA COEDUCAÇÃO – REFLEXÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Cynthia Nery da Silva, Jéssica Dayane da Silva Martins, Rayane dos Santos Borges, Silvana Nóbrega Gomes e Lígia Luís de Freitas 161

CAPÍTULO XVI

O SILENCIAMENTO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL E NO RECIFE

Isabella Nara Costa Alves 170

CAPÍTULO XVII

O/A DOCENTE DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO/A MONITOR/A EM ALTERNÂNCIA

Grasiela Lima de Oliveira, Alessandra Alexandre Freixo e Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro 182

CAPÍTULO XVIII

OS CONFETOS DAS BICHAS DOCENTES COMO MARCADORES DA HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Roberto Vinício Souza da Silva, Rosemary Meneses dos Santos e Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento..... 195

CAPÍTULO XIX

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINAR A CUIDAR EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E OS POSSÍVEIS AVANÇOS NESSE CAMPO DE CONHECIMENTO

Valdeci Silva Mendes e Candida Soares da Costa..... 208

Sobre os autores.....222

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINAR A CUIDAR EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E OS POSSÍVEIS AVANÇOS NESSE CAMPO DE CONHECIMENTO

**Valdeci Silva Mendes
Candida Soares da Costa**

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINAR A CUIDAR EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E OS POSSÍVEIS AVANÇOS NESSE CAMPO DE CONHECIMENTO¹²

Valdeci Silva Mendes

Universidade Federal de Mato Grosso, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível Doutorado (UFMT/PPGE), vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE) - Rondonópolis – MT - e mail: valdeciconexoes@ufmt.br

Candida Soares da Costa

Universidade Federal de Mato Grosso, Profa. do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFMT/PPGE), Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE) - Cuiabá – MT - e mail: candidasoarescosta@gmail.com

RESUMO: Objetiva-se apresentar uma discussão introdutória a partir de análises de resoluções de projetos políticos pedagógicos que resultaram na formulação e reformulações do currículo do curso de enfermagem de uma instituição de ensino público superior no Estado de Mato-Grosso. A discussão constitui-se especificamente da inclusão da modalidade de ensino de uma disciplina intitulada “Educação para as Relações Étnico-Raciais” com disposição de conteúdos no ensinar a cuidar em enfermagem. Considera-se que em uma sociedade estruturalmente desiguais do ponto de vista racial, com presença de iniquidades raciais em saúde, há necessidades de inclusão de conteúdos como esses para além de inclusão nos currículos de formação iniciais. Os mesmos devem compor o projeto político pedagógico de instituição de ensino superior e se relevar nos conteúdos de diversas formas e meios, situação essa que o curso de enfermagem, apesar de incluído a disciplina, caminha a passos lentos e de ordem quase que exclusivamente burocrática. Não observamos um compromisso social, político e científico da mesma forma que o curso lida e se alinha com outros temas incluídos em seu currículo. A disciplina “Educação para as Relações Étnico-Raciais”, ofertada no curso de enfermagem, constitui-se, ainda que no formato optativo, um avanço no que diz respeito à formação do profissional em enfermagem e corrobora para a formação no sentido de despertar para ações e cuidados de enfermagem mais justos e humanos, com possibilidades de enfrentamento do racismo no setor da saúde e em enfermagem e conseqüentemente com significativa participação na minimização do racismo na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Relações Raciais; Enfermagem; Ensinar Cuidar. População Negra.

1- INTRODUÇÃO

É notório nos últimos anos, a exigência de incorporação de novos conteúdos aos Projetos Político Pedagógicos (PPP) e conseqüentemente nos currículos dos

¹² Este artigo originalmente foi apresentado no IV Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 2017. Para o convite desta publicação, o texto foi revisado, contudo, sem alterações do tema e dos conteúdos.

cursos de formação de nível superior, inclusive os de formação na área de saúde e por conseguinte nos cursos de enfermagem.

Estudiosas como Belei, Paschoal e Nascimento (2008, p. 103) definem que “em muitas instituições de ensino superior de todo o mundo, foram registradas alterações na estrutura curricular, culminando em mudanças que envolveram os alunos, os docentes e as histórias dos próprios cursos”.

Não diferente, o curso de enfermagem em Mato-Grosso, (espaço esse privilegiado para desenvolvimento desse estudo) se equiparou também a essas alterações nacionais. Nesse curso, as modificações curriculares foram permeadas por discursos de ordem e compromisso social e em atendimento aos problemas de saúde do Estado. Pelos menos em partes pode-se observar essas tendências.

Observar-se a partir das análises dos PPP e do currículo (objeto de discussão desse estudo) que, apesar de o curso de enfermagem ter incluído uma disciplina sobre relações raciais no processo formativo, há evidências de carência de compromissos políticos e sociais em assumir esse conteúdo como componente importante na formação dos futuros profissionais de enfermagem.

As bases teóricas que colaboraram para essa afirmação, ancoram-se principalmente no entendimento do que venha ser ou não currículo, permitindo uma análise mais detalhada do PPP e do currículo do curso em questão. São muitos os autores que debruçam sobre essa temática sobre diversas perceptivas, entretanto são ausentes pesquisas e estudos que transitam com tema currículo e o articulam ao tema relações raciais e formação em saúde e em enfermagem.

A ausência de teóricos específicos porém, não condiz ser uma limitação para a proposta dessa discussão e por outro lado, há consideráveis embasamentos teóricos que, apesar de não serem exclusivos, corroboram na proximidade desses temas e de ampla necessidades em uma sociedade que ainda convive com as iniquidades raciais em saúde.

Introdutoriamente recorreremos a Garanhani e Valle (2010, p. 37) e outros intelectuais para reflexões a respeito do currículo. Essas autoras, por exemplo, ao elucidarem o currículo com base em vários outros teóricos, certificam que o “[...] currículo não é somente um rol de disciplinas, nem só um instrumento que sistematiza as finalidades, objetivos e estratégias e técnicas para o desenvolvimento do ensino”. Para elas, e também assim os assumimos, o currículo:

“É principalmente, um dos mecanismos em que o conhecimento é socialmente compartilhado” e que pode assumir diversas formas, uma vez que reflete as concepções do homem, de educação e de sociedade que orientam as escolhas das instituições e dos grupos de educadores que o elaboram (GARANHANI e VALLE, 2010, p. 37).

Além dessas observações, com ponderações amplamente consideráveis, ancoramos também em Gisi (2006). A autora especificamente retrata o PPP de curso de enfermagem e às políticas públicas e elucida que:

Abordar a construção de Projetos Políticos Pedagógicos de cursos de enfermagem na atualidade coloca-se como grande desafio: por um lado, muito já foi dito sobre o processo de formação do(a) enfermeiro(a), e nos dias atuais estamos em constantes buscas do novo, como se este novo

pudesse nos dar respostas para as incertezas da nossa época (GISI, 2006, p. 183).

As demarcações teóricas e conceituais dessas autoras corroboram na compreensão de que são variáveis os aspectos sociais e decisões políticas que envolvem a deliberação de incorporação de conteúdos nos PPP e currículos nos cursos de formação universitária e assumi-los é para além de ordem institucional burocrática.

A inclusão da disciplina “educação das relações étnico-raciais” do curso de enfermagem analisado, nos sinalizam ter sido movida por uma decisão com maior atenção aos parâmetros burocráticos em proporção de menor atenção as que envolvem uma decisão política e social, principalmente por ser relações raciais um tema delicado e estimular a discussão de ações à minimização e conseqüentemente erradicação do racismo em uma sociedade que não reconhece as desigualdades raciais, e em menor proporção ainda, as iniquidades raciais em saúde.

Ressaltamos que, não se pretende nessas análises iniciais aprofundarmos nessa discussão. A ideia é lançarmos questões pertinentes desses pontos de vista e outros alçados originados a partir das concepções das autoras e do campo empírico de investigação científica. Nesse movimento é imprescindível, contudo, atentamos ao que alguns outros autores já se tem constatado sobre relações raciais e educação, e nesse contexto, julgamos que também o PPP e o currículo estejam igualmente integrado, apesar de não explícitos em suas produções acadêmicas.

Iolanda de Oliveira (2011, p.4) ao discorrer sobre o estudo de Costa (2011) nos fazem apontamentos de significativa importância para pautar, relações raciais em educação. As autoras permite-nos relacionar a importância no currículo do curso de enfermagem com a inclusão do tema relações raciais. As mesmas compactuam do entendimento de que:

“As instituições de ensino superior que, no século XIX, foram promotoras da violação simbólica exercida sobre a população negra por meio dos seus equivocados discursos apropriados dos racialistas europeus, são neste momento da história da educação brasileira, acionadas para alterar o quadro de desigualdades raciais provocadas pela materialização dos seus discursos (OLIVEIRA, 2011, p. 4).

Nesse contexto apontado pela autora, percebe-se que, a inclusão de conteúdos sobre relações raciais, o qual o curso de enfermagem tem sinalizado aproximar, configura-se também, como espaço inicial para que o curso possa rever esses discursos racialistas que certamente fizeram parte do circuito da profissionalização da enfermagem e da formação em saúde, ocorrência essa que alguns estudos vem sinalizando, como por exemplo, os estudos de Campos e Oguisso (2013).

Nesse movimento, há necessidades não só do curso de enfermagem, mas também de outras área de conhecimento revisitarem sua história de forma reconhecer seu passado e sua vinculação que deram margens ao quadro de desigualdades raciais apontados pela autora acima, no sentido de rever suas práticas e também o seus processos de ensino.

A discussão da inclusão da disciplina “educação das relações étnico-raciais” no PPP e no currículo do curso de enfermagem, objeto de discussão nesse texto, faz parte de resultados de pesquisa de mestrado em educação concluído em 2015, cujo o tema, centra-se uma discussão história e contemporânea do ensinar a cuidar em enfermagem a partir de uma abordagem étnico-racial (MENDES, 2015).

O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa do Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM), em março de 2014, sob parecer de número 555.550, e foi somente após essa aprovação que se deu prosseguimento ao estudo com a coleta de dados no campo de investigação.

Pondera-se que, curso de enfermagem, ao assumir esse conteúdo, ainda que no formato que se encontra, dá um passo importante no direcionamento de rever práticas profissionais em enfermagem que tem corroborado nas iniquidades raciais em saúde, além disso, o curso torna-se mais um espaço institucional privilegiado no enfrentamento as desigualdades raciais na sociedade mato-grossense e por conseguinte, na coletividade brasileira.

2- MÉTODO E ESCOLHA DOS DADOS

A coleta de dados para este texto, restringiu-se nos registros que correspondessem as Resoluções institucionais que dispõem sobre as alterações curriculares no PPP do curso de graduação em enfermagem, respectivamente os do ano de 1996 que alterou a matriz curricular que entrou em vigor até 2002. Aprofundou-se a análise também, a partir da Resolução 2010 que entrou em vigor para os ingressantes ao curso de enfermagem a partir do ano 2011.

O currículo de maior importância analisado corresponde ao do ano de 2010, contudo recorremos de forma continua ao aprovado em 1996/2002, por entendermos que não houve uma ruptura densa em todos os seus aspectos sociais políticos e de conteúdos formativos. Ademais, no desenvolvimento da coleta de dados, o currículo atual encontrava-se em processo de transição, oficialmente estavam sendo empregados pelo curso de enfermagem no período de coleta de dados.

As análises sistematizadas obedeceram aos conceitos de Bardin (2010) e Minayo (2013) quando se trata de técnicas de análise temática de conteúdo.

Importante destacar que, além da pesquisa de mestrado ser aprovada pelo comitê de ética em pesquisa, buscou-se no desenvolvimento da escrita desse texto, não revelar o nome da instituição de ensino. Nessa decisão, foi preciso citar somente as Resoluções e o ano sem expor o órgão colegiado de sua aprovação a fim de conservar o anonimato do curso e de outros espaços envolvidos.

3- BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL ACADÊMICO À INCLUSÃO DA DISCIPLINA NO CURSO DE ENFERMAGEM

No desenvolvimento das análises dos registros acadêmicos do curso de enfermagem, observa-se que que sucederam alterações significativas nas últimas

estruturacões curriculares desse curso. A nova estruturação curricular organizada e aprovada em 1996/2002 e posteriormente em 2010 constitui as últimas modificações gerenciais efetivas que o currículo do curso apresenta, sobretudo modificações que dizem respeito à sua organização acadêmica profissional e pedagógica.

Essas modificações ocorreram, sucessivamente, com base nos resultados do Projeto Político Pedagógico (PPP), organizado em 1996, e aprovado pela resolução do mesmo ano. Em 2002, houve, porém, uma revisão curricular administrada pela coordenação do curso que, conforme expressa em relação à formação do profissional em enfermagem, “procurava, desde 1990, um engajamento e compromisso social com a saúde no espaço onde o curso está inserido, ou seja na realidade social e de saúde de Mato Grosso”.

Especificamente, a partir dos anos 1990, observa-se que curso de enfermagem, discute mais amplamente o seu papel social no contexto da sociedade mato-grossense e assume a necessidade de construir um projeto e práticas educativas consubstanciados no compromisso da enfermagem com a saúde regional.

A estrutura curricular atualizada é resultado do PPP elaborado em 2010, aprovado por Resolução do mesmo ano e redefinido por outra Resolução em 2013, que somente retificou o anexo II em relação à carga horária de aulas práticas de algumas disciplinas.

Encontrou-se em diversos discursos, proferidos nos PPP, há uma necessidade de ajustes propostos no curso de enfermagem fundamentado no papel social dos serviços de enfermagem, entretanto sem em nenhum deles apresentarem as desigualdades raciais em saúde como motivadoras desse processo. As informações contidas em registros que deram origem e oficializaram o PPP do curso em 2010 destacam que:

Os ajustes apresentados no presente Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Graduação em Enfermagem [...], têm como marco referencial as características do espaço sócio-sanitário no qual está inserido, bem como as raízes históricas e de desenvolvimento da [universidade] e da enfermagem em nossa região.

Em relação à estrutura atual do curso de enfermagem, consta na Resolução de 2011 que a aprovou, que o curso é:

Presencial; com 4.272h (quatro mil duzentos e setenta e duas) horas; Regime Acadêmico: crédito semestral; 60 (sessenta) vagas: 30 (trinta) para o primeiro período letivo e 30 (trinta) vagas para o segundo período letivo; funcionamento integral; integralização curricular mínima em 09 (nove) semestres e máxima em 13 (treze) semestres, conforme anexos I, II, III.

E tem, como objetivo específico, conforme mencionado no PPP (2010)

Formar enfermeiros, no nível de graduação para atender, com qualidade formal e política, às necessidades de saúde da população de Mato Grosso,

em todos os níveis de atenção definidos pelo SUS, mas com especial focalização nas ações dirigidas à atenção básica em saúde.

Com a finalidade de formar um perfil profissional com competência

A atenção individual e coletiva em saúde nos diversos momentos do ciclo da vida humana; a educação em saúde e educação permanente em saúde; a gerenciar serviços e ações de saúde e de enfermagem; produzir e inovar conhecimentos e outras ferramentas tecnológicas em saúde e enfermagem; participar criticamente da construção do SUS; trabalhar em equipe multiprofissional e realizar práticas interdisciplinares; exercer a liderança de equipes de trabalho e negociar conflitos; comunicar-se de forma eficiente e promover a interação no campo profissional e humano; atualizar-se permanentemente; atuar como cidadão e profissionalmente de forma crítica, criativa e participativa; colocar-se politicamente nos processos em saúde para a construção das mudanças necessárias; atuar considerando a realidade regional/local, as desigualdades sociais e as diferentes necessidades de saúde; Respeitar a legislação profissional em vigor; agir de forma ética nas práticas de cuidado, gerenciais, educativas e investigativas.

Importante ressaltar que, todas as modificações ocorridas nas dimensões da formação do profissional em enfermagem do curso, em 2010, respaldaram-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2001 e na política de Educação Permanente em Saúde (PEP) de 2004.

Percebe-se que, foi por meio desses dois instrumentos institucionais que o curso de enfermagem encontrou razões à inclusão da disciplina “educação para relações étnico-raciais” e outras, sem em nenhum momento pautar a necessidade da disciplina, reconhecendo-a como uma especialidade importante ao enfrentamento do racismo e as iniquidades raciais em saúde.

O curso propôs atividades complementares acrescentando duas modalidades de ensino: a Língua Brasileira de Sinais – Libras, consubstanciada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005; e a Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme previsto na Lei nº 10.639/200 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Em relação a essa última modalidade de ensino, a Resolução, em seu artigo 7º, define que:

As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004b, p. 20).

Vislumbra-nos nesse processo, a inclusão da disciplina como uma necessidade burocrática por constituir-se por Lei e não um compromisso social e político, como o curso de enfermagem vem se posicionando em vários outros

contexto a propósito de outros temas e necessidades de saúde da população local e regional.

Ademais, apesar da disciplina ser uma obrigatoriedade desde 2003 e reafirmada pela Resolução do CNE/CP nº 01/2004, foi somente em 2010 que o curso de enfermagem se sensibilizou para implementação em seu currículo e ainda de forma incipiente e isolada. Sobre as disciplinas optativas, a qual a disciplina “Educação para Relações Étnico-Raciais” é uma delas, observa-se no PPP de 2010 do curso de enfermagem que:

O aluno deverá integralizar, ao longo do curso, 7 (sete) créditos optativos, conforme oferta prevista, o que corresponde a 112 (cento e doze) horas. A oferta de disciplinas optativas respeitará a formação de turma de pelo menos 10 (dez) alunos. Casos não previstos serão resolvidos em Colegiado de Curso. O aluno poderá cursar créditos optativos, a partir do segundo semestre letivo do curso. (PPP, 2010, p. 74).

A disciplina “Educação para as Relações Étnico-Raciais” implementada de forma optativa, será cursada, portanto, somente pelos discentes de enfermagem que fizerem livremente opção por se matricular nela.

Entende-se que, aos moldes que foi incluída, a disciplina foi simplesmente acolhida como uma medida ao atendimento de parâmetros legais, constituindo nesse sentido um desafio a ser superado do ponto de vista social, político e também de compreensão científica, principalmente por estamos ponderando a respeito de uma instituição de ensino superior na área de saúde, em que prioriza a formação à assistência de saúde à coletivos de indivíduos que compõem o conjuntos de membros da sociedade mato-grossense, majoritariamente negra, conforme último senso de 2010 e sobre si, incide ampla desigualdades raciais em saúde.

Situação essa última, que podemos bem observar nos estudos de Teixeira et al (2012), intitulado “*Mortalidade materna e sua interface com a raça em Mato Grosso*”. Apesar do foco central deste estudo, o resultado dessa pesquisa, sinaliza bem, não só a situação de saúde da população negra em Mato Grosso, mas nos permite ajuizar a respeito do panorama também atual em todo território nacional ao considerar práticas racistas no setor de saúde, ocorrência essa que tem se instituído irrelevante aos docentes em saúde e enfermagem ao pensar a formação em saúde e enfermagem.

4- DESAFIOS E OS POSSÍVEIS AVANÇOS NA INCLUSÃO DA DISCIPLINA

No quadro 1 apresenta-se o rol de disciplinas optativas oferecidas pelo curso de enfermagem a partir do ano de 2010 com a aprovação de seu currículo.

Quadro 1 - Rol de disciplinas optativas

Disciplinas	Carga H Teórica	Carga H Prática	Carga H Total
Educação Física	---	32	32
LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais	32	32	64

Educação para as Relações Étnico-Raciais	32	32	64
Tecnologias de Comunicação em Enfermagem	32	32	64
Promoção da Saúde de Cuidadores de Enfermagem	16	16	32
Práticas de Enfermagem a Grupos Específicos	32	32	64
Práticas Integrativas e Complementares e Enfermagem	32	32	64
Atualidades em Enfermagem	32	---	32
Informática Aplicada à Enfermagem	---	32	32

Fonte: elaborado com base na Resolução de 2010 que dispõe sobre Alterações Curriculares no Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem criado pela Resolução CD nº 80/1975

Nota-se no quadro 1 acima que, da soma de 448 horas que compõem o rol das disciplinas optativas, entre as quais 64 horas são destinadas à disciplina “educação para as relações étnico-raciais”, “o aluno deverá integralizar, ao longo do curso, 7 (sete) créditos optativos, conforme oferta prevista, o que corresponde a 112 (cento e doze) horas” (PPP, 2010, p. 74).

Ou seja, diante do quantitativo de disciplinas optativas que o curso de enfermagem tenha oferecido, o acadêmico de enfermagem, caso prefira matricular-se nessa disciplina, estará fazendo uma escolha pessoal entre as outras 8 (oito) disciplinas concorrentes ofertadas pelo curso, descritas no seu currículo.

Porém, ao nosso ver, apesar dessa inclusão ter ocorrido e implementada de forma isolada e pontual, o curso de enfermagem tem reformulado a aprendizagem para uma formação que contemple ações no enfrentamento do racismo e das iniquidades raciais em saúde, ao menos daqueles alunos que propuserem matricular na disciplina. Essa ação do curso, vinculada ao interesse isolado do aluno poderá possibilitar, mesmo que de forma ainda incipiente, o saber ser, saber fazer, saber agir e saber conviver do futuro profissional em enfermagem, principalmente no que se refere à sua prática do cuidar ao conjunto de membros da sociedade que compreende estar a margens de cuidados de saúde por motivações e decorrências do racismo no setor de saúde.

Observa-se que, se por um lado, o curso de enfermagem tem implementado conteúdos no formato de uma disciplina que compreendem implicar nas dimensões do cuidar em enfermagem, sem contudo ter pontuado as dimensões que tem incitado as iniquidades raciais em saúde, alinhou-se também a desobrigação de utilizar outros instrumentos legais que poderiam contribuir à formação em enfermagem.

Desde 2009 foi sancionada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída pela Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Essa política é totalmente inexistente no PPP e no currículo do curso, e isso vislumbra-nos, a ideia que esse política importante passa-se desconhecida pelos profissionais enfermeiros docentes ou como já explicitado, não corresponde aos

interesses que estão à frente do curso como medida importante a formação universitária em saúde e enfermagem.

A PNSIPN é importante a medida que dispõem em seus princípios gerais como marca o “reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde” (BRASIL, 2009b, p. 18). Nela é possível ainda observarmos o reconhecimento e a necessidade de “inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde” (BRASIL, 2009b, p. 18) e a obrigação de “fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra” (BRASIL, 2009b, p. 19).

Cruz (2013, p. 169), por exemplo, ao contextualizar a PNSIPN, defende ainda que:

No aspecto organizacional, ainda de acordo com diretriz da PNSIPN sobre a formação e educação permanente dos profissionais da saúde, é preciso propor também a inclusão de conteúdo sobre o racismo institucional e suas formas de manifestação (inclusive com sobreposição de outras discriminações: idade, opção sexual, etc.) nas diversas áreas clínicas (com estudos de caso, por exemplo), mas principalmente, com o ensino clínico sobre seu enfrentamento ou neutralização (CRUZ, 2013, p. 169).

Inclui-se que, apesar da importância da PNSIPN, a mesma não foi contemplada no curso de enfermagem. Observar-se que, desde 2010, com a nova formulação e estruturação curricular, aprovada por resolução em setembro do mesmo ano em andamento, o curso vem apresentando, ainda de forma sutil e isolada, avanços inovadores no que se refere às implementações de conteúdos que favoreçam a cuidados de enfermagem a uma parte da clientela estigmatizada e esquecida histórica e socialmente, compreendemos que nesse movimento, a PNSIPN seria um conteúdo de suma importância nesse processo e corroboraria a curto, médio e longo prazo à assistência à saúde da população negra.

É preciso contudo reconhecer, assim como Costa (2013, p. 20) nos explicita que “a importância da população negra no Brasil ainda não se encontra devidamente evidenciada nestes decênios iniciais do século XXI”, para essa pesquisadora “[...] o imaginário social continua ainda emoldurado pelas produções ideológicas de um período em que o cientificismo produziu interpretações e explicações sobre o Brasil calcadas em concepções racializadas” (COSTA, 2013, p.20).

São por motivações calcadas nessas concepções racializadas históricas que a autora apresenta, e em grande parte, definidoras de outras razões racializadas aos arquétipos da contemporaneidade, a difícil tarefa de incluir a disciplina “educação das relações étnico-raciais” no curso de enfermagem de forma que seja efetiva na formação dos futuros profissionais em enfermagem.

Essa dificuldade vem alinhada ainda a ideia fixa e persistente da ausência do racismo em suas práticas profissionais em enfermagem, justificada a opinião dos docentes de que, ao apropriar do cuidado em enfermagem, as práticas em saúde estão isentos de racismo e qualquer outro tipo de desigualdades, entendimentos

esses que não se aplica à realidade de assistência em saúde no Brasil e em Mato Grosso (MENDES, 2015).

5- CONCLUSÕES

O *locus* de estudo escolhido carece de outras investigações com novas abordagens e perspectivas teóricas e metodológicas, pois nos apresentou um campo de pesquisa com dados de amplitudes complexas e importantes para reflexões de mecanismos que tem se constituído em grandes desafios para o enfrentamento do racismo e das iniquidades raciais em saúde e na enfermagem.

Acreditamos que a formação sobre relações raciais no ensinar cuidar em saúde e em enfermagem, compõem-se de um dos espaços institucionais privilegiados para contribuir com os objetivos, princípios e diretrizes do SUS e quaisquer outras políticas públicas subsidiadas para o acolhimento, assistência integral e resolutiva em saúde da população negra com resultados favoráveis também à saúde de todos os brasileiros.

Pode-se perceber que o currículo do curso de enfermagem a partir do ano de 2010, apesar de apresentar alguns conteúdos que corroboram para o despertar do cuidar em enfermagem de forma a possibilitar compreender o racismo e as iniquidades raciais em saúde ainda é um instrumento fragmentado, isolado e não vivenciado pelo quadro de profissionais docentes em enfermagem.

A vivência com esses conteúdos tem correspondido somente por discentes em enfermagem que optarem em realizar essa disciplina. Salientamos que, conteúdo dessa importância não deve ser definido como uma opção na formação em saúde e em enfermagem, principalmente diante do reconhecimento das desigualdades raciais em saúde e o profissional em enfermagem, não está imune nesse processo.

No formato que se encontra, a inclusão da disciplina no curso de enfermagem corresponde uma demanda de ordem legal e burocrática sem contudo ser motivada por razões política, social e principalmente científica. Está última questão é agravante por se tratar de uma instituição de ensino superior com pesquisa e extensão universitária, tripé norteadoras de suas ações formativas acadêmica.

Ainda há outros dispositivos legais desconhecidos pelo curso de enfermagem que deveriam ser implementados de forma corresponder efetivamente e resolutiva a assistência de saúde da população negra. O simples fato de conter elementos da proposta no PPP e uma disciplina com conteúdo no currículo que contemple a temática relações raciais não significa que o curso de enfermagem assumiu, de fato, compromissos políticos e sociais que garantam sua efetivação como prática/ensino em sala de aula.

A disciplina específica “educação para as relações étnico-raciais”, que contempla conteúdos para formação em saúde e em enfermagem, os quais promoveriam com maior abrangência a discussão sobre as iniquidades em saúde ocasionadas pelo racismo brasileiro é posicionada na condição optativa e concorre com várias outras disciplinas ofertadas pelo curso.

O curso de enfermagem tem atendido parcialmente as questões de ordem legal no que se refere à implementação da Lei nº 10.639/2003, porém “desconhecem” a PNSIPN e, nesse contexto, evidencia-se que o curso, apesar dos avanços burocráticos institucionais nesse sentido, comporta-se social e politicamente pouco motivado em relação as demandas étnico-raciais e às desigualdades raciais em saúde confirmadas cientificamente.

Apesar disso, destaca-se que, a disciplina “Educação para as Relações Étnico-Raciais”, ofertada no curso de enfermagem, constitui-se, ainda que no formato optativo, um avanço no que diz respeito à formação do profissional em enfermagem e corrobora para a formação no sentido de despertar para ações e cuidados de enfermagem mais justos e humanos, com possibilidades de enfrentamento do racismo no setor da saúde e em enfermagem e conseqüentemente com significativa participação na minimização do racismo na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BELEI, Renata Aparecida; PASCHOAL, Sandra Regina Gimenez; NASCIMENTO, Edinalva Neves. História curricular dos cursos de graduação da área da saúde. **História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 101-120, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29228/pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Conselho Pleno. Parecer 03/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. DOU. Brasília, DF, 19 maio 2004a. Seção 1, p. 16.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

BRASIL. **Lei nº. 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. DOU, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 10.2003.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; OGUSSO, Taka. **A enfermagem no Brasil: formação e identidade profissional pós-1930**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2013.

COSTA, Candida Soares da. **Educação para as relações étnico-raciais: planejamento escolar e literatura do ensino médio.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

COSTA, Candida Soares da. **Lei Nº 10.639/2003: Dez anos de implementação do currículo de educação das relações étnico-raciais.** Momento-Diálogos em Educação, v. 22, n. 1, 2014.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. **Que falta faz uma área técnica de saúde da população negra no ministério da saúde!** Revista da ABPN, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 163-170, nov.-fev. 2013. Disponível em: <www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/download/285/248>. Acesso em: 26 ago. 2014.

GARANHANI, Mara Lúcia; VALLE, Elizabeth Martins. **Educação em Enfermagem: Análise de um currículo integrado sob olhar de Heidegger.** Londrina: Eduel, 2010.

GISI, Maria Lourdes. Políticas educacionais e a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Enfermagem. In: BEHRNS, Marilda Aparecida; GISI, Maria Lourdes (Orgs.). **Educação em enfermagem: Novos olhares sobre o processo de formação.** Curitiba: Chamoagnat, 2006. p. 183-203.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Síntese dos Indicadores de 2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

OLIVEIRA, Iolanda de. Prefácio. In: COSTA, Cândida Soares da. **Educação para as relações étnico-raciais: planejamento escolar e literatura do ensino médio.** Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 3-5.

MENDES, Valdeci Silva. **Aprendizagem da arte e ciência do cuidar em enfermagem na UFMT: uma abordagem étnico-racial.** 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

TEIXEIRA, Neuma Zamariano Fanaia et al. Mortalidade materna e sua interface com a raça em Mato Grosso. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil [online]**, Recife, v. 12, n. 1, p. 27-35, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v12n1/03.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014

ABSTRACT: This work aims to introduce an early discussion from the analysis of resolutions of pedagogical policy projects that resulted in the formulation and reformulation of the Nursing graduation curriculum of a public higher education institution in the state of Mato Grosso. The discussion is constituted specifically in the inclusion of the teaching modality of a course named “Education for ethnic-racial

relations” that presents contents regarding to teaching care in Nursing. It is considered that, in an unequally structured society when it comes to race with racial inequality within the health field, there is a need for the inclusion of contents such as these that go beyond the initial training curriculums. The same must be part of the pedagogical policy project of higher education institution and unveil themselves in the contents in different ways, situation which that the Nursing graduation, in spite of having added the course, develops slowly and almost purely bureaucratically. The graduation has not been watching for a social, political, and scientific commitment the same way it has dealt and leveled with other subjects included in its curriculum. The course “Education for ethnic-racial relations”, offered by the department of Nursing, is an advance for the graduation course regarding to the training of the nursing professional - though as an optional course - and it helps in the training by calling attention to more human and fair actions and care in Nursing, with the possibility of fighting racism in the field of health and hence, having a meaningful participation in the mitigation of racism within the Brazilian society.

KEYWORDS: Education; Racial Relations; Nursing; Teaching Care; Black Population.

Sobre os autores:

Alan Isaac Mendes Caballero Mestrando no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação na UNICAMP, cuja linha é Ciências Sociais. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES) da mesma faculdade. Graduado em 2017 pela Faculdade de Educação da UNICAMP em Pedagogia. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP) durante o período da Iniciação Científica. E-mail para contato: alanisaac09@gmail.com.

Alessandra Alexandre Freixo Possui Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e Doutorado em Ciências Sociais pela UFRRJ (2010). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando principalmente nas seguintes temáticas de pesquisa: educação e ruralidades, imagens e narrativas no mundo rural, estudos de cultura e mundo rural, ensino de ciências no contexto da educação do campo.

Anna Carla Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

Anna Cristina Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do projeto de extensão PIPEx, UFPE. Trabalha na área de biologia vegetal com ênfase em biologia de Briófitas.

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes Graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: brenno.fidalgo@gmail.com

Candida Soares da Costa Professora da Universidade Federal de Mato Grosso; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação E-mail: candidasoarescosta@gmail.com

Cynthia Nery da Silva Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); cynthianery@outlook.com

Edmar Ferreira Santos Professor da Universidade do Estado da Bahia. Membro do corpo docente do Programa de Especialização em Educação e Diversidade Étnico-Racial do Departamento de Ciências Humanas, campus VI da Universidade do Estado

da Bahia. Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, programa onde atualmente desenvolve pesquisa de doutorado com apoio do Programa de Bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. E-mail: estudosafricanos.edu@gmail.com

Emanuelle de Oliveira Belisario Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: emanuelleoliver@hotmail.com

Érica Monale da Silva Gomes Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: mmonale009@gmail.com

Grasiela Lima de Oliveira Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2015) e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2012). Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (Previsão de término – 2018). Participa do grupo de pesquisa Carta Imagem, coordenado por Alessandra Freixo. Bolsista CNPQ. Atua principalmente nas seguintes áreas: ensino de ciências no contexto da educação do campo, narrativas, educação e ruralidades, formação docente.

Hellen Cristina de Oliveira Alves Professor da Faculdade Afonso Mafrense; Psicóloga do Instituto Federal do Piauí; Graduação em Psicologia pela Faculdade Santo Agostinho; Mestranda em Educação pela Anne Sullivan; E-mail para contato: hellencrisss@gmail.com

Hercules Guimarães Honorato Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ), ano de conclusão 2012. Graduação em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval (ano de conclusão - 1982). Especializações em: Gestão Internacional (2007) e MBA Logística (2009) pelo Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Docência do Ensino Superior (2008) pelo Instituto a Vez do Mestre da Universidade Cândido Mendes, RJ. Doutor e Mestre em Política e Estratégia Marítimas pela Escola de Guerra Naval (EGN) - Rio de Janeiro, anos de conclusão 2007 e 1999 respectivamente. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) do Rio de Janeiro no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE-2010). Professor convidado da Escola Superior de Guerra desde 2009, dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia e Logística e Mobilização Nacional. Assessor Especial do Superintendente de Ensino da Escola Naval (EN) desde set. 2012 e professor da Disciplina de Metodologia da Pesquisa da mesma IES militar. E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

Isabella Nara Costa Alves Graduação em Pedagogia pela Faculdade dos Guararapes; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em raça, gênero e sexualidades Audre Lorde (GEPERGES); E-mail para contato: isabella.athos@live.com

Ivonildes da Silva Fonseca Possui graduação em Biblioteconomia e documentação pela Universidade Federal da Bahia (1979), graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1990), graduação em Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1995) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professora horista do Centro Universitário de João Pessoa, professor titular da Universidade Estadual da Paraíba, colaboradora - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, coordenadora - Bamidelê - Organização de Mulheres negras na Paraíba, voluntária do Instituto de Referência Étnica e efetivo da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher negra, educação e etnia, escola e sociedade, racismo e legislação. Grupo de pesquisa: Dandê: educação, gênero e representações afro-brasileiras. Email: vania_baiana@hotmail.com

Jéssica Dyane da Silva Martins Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); jessicamartinsjp@outlook.com

Lígia Luís de Freitas Professor da Universidade – Centro Universitário de João Pessoa; Membro do corpo docente da Graduação – Centro Universitário de João Pessoa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, com sanduíche na Universidade de Barcelona, na área de currículo. Núcleo/Grupo de pesquisas: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM); Grupo de pesquisa interdisciplinar Música, Corpo, Gênero, Educação e Saúde (MUCGES)

Lilian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; e-mail: gabriellaufpi@outlook.com.br

Luciana Menezes de Lima Mendes Graduação em andamento em Pedagogia. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Ensino Médio (2º grau). Dona Leonor Porto, DLP, Brasil

Maria Joselma do Nascimento Franco Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo -USP (2005), professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenadora (Pibid) fomentado pela CAPES - Subprojeto Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea - PPGEduc. Email: mariajoselmadonascimentoofranco@gmail.com

Maria Juliana Chaves de Sousa Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Documentação em Educação – CEDE da UEFS.

Maria Raquel Alves da Rocha Atualmente desenvolve pesquisas sobre cultura cigana, abrangendo a performance nos rituais ciganos e suas manifestações artísticas. É professora do curso de Artes Visuais na Universidade Federal do Piauí - UFPI e cursa mestrado em Antropologia, pela UFPI. É graduada em Licenciatura em educação artística, com habilitação em Artes Plásticas; é especialista em Arteterapia em Educação e também especialista em Dança e consciência corporal. É docente da Secretaria de educação e cultura do estado do Piauí (SEDUC-PI). A autora é artista designer e bailarina e já desenvolveu trabalhos em danças ancestrais no estado do Piauí. Seu e-mail é raquelalvesrocha@hotmail.com

Maysa Conceição de Farias Albuquerque Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: maysa.albuquerque@outlook.com

Nágib José Mendes dos Santos Professor da Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Campus A.C. Simões; - Membro do corpo docente do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. Graduação em Filosofia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas. Mestrado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/CEDU/ Universidade Federal de Alagoas. Participante do Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade – NEEDI. E-mail para contato: nagibem@gmail.com.

Osmar Barbosa dos Santos Ribeiro Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Maria Milza – FAMAM e em Letras Português/Inglês Pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR; especialista em MBA Gestão de Pessoas e em Gestão Escolar pela Faculdade Batista Brasileira - FBB, em Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias – FAC; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Carta-Imagem - UEFS; bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, projeto político pedagógico, práticas pedagógicas em ambiente hospitalar, educação e formação docente. E-mail para contato: osdi.art@hotmail.com.

Paula Paulino da Silva Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: paulinha.s90@hotmail.com

Rafael Gomez da Silva Carneiro Graduação em Direito pela UNINOVAFAPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: rafaelgomezcarneiro@gmail.com

Rayane dos Santos Borges Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); santosborges1897@outlook.com

Roberto Vinicio Souza da Silva Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí UESPI – Campus Parnaíba – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventudes (NEPJUV/UFPI-Parnaíba)

Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Campus Parnaíba – Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI) – Professor do Município de Luis Correia - PI

Rosemary Meneses dos Santos Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco – RJ – Especialista em Libras pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina – FACET/CCTP e Especialista [Psicopedagogia](#) pela ISEPRO em Parnaíba. Professora do Município de Tutóia - MA

Silvana Nóbrega Gomes Professora do Centro Universitário de João Pessoa; Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Mestre Em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Doutora em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)-Coordenadora pedagógica. Silvana.n.g@hotmail.com

Suely Marilene da Silva Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais Instituição Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Formação em Pedagogia pela Instituição Universidade Vale do Acaraú – UVA; Pós-graduada em Gestão Escolar e Coord. Pedagógica Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup; Pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup

Suzana dos Santos Cirilo Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: suzana.182009@hotmail.com

Tamires de Campos Leite Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Graduanda do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail para contato: ttamireslleite@gmail.com.

Valdeci Silva Mendes Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação: em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorando: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação; E-mail: valdeciconexoes@ufmt.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-77-6

